

VALORIZAÇÃO

ALMG e CNJ reafirmam autonomia do Judiciário

Tiago Parrela



A autonomia do Poder Judiciário, com efeitos para toda a magistratura, foi reafirmada em decisões importantes como a da Assembleia Legislativa de Minas, que, ao votar cortes no Orçamento do Estado, manteve a proposta original do TJMG. O CNJ também adotou duas medidas nessa direção ao ratificar a automaticidade do reajuste dos subsídios e editar portarias que criam canais de participação dos Tribunais de Justiça estadual e da magistratura em suas decisões.

Páginas 4 e 5

Homenagem às Mulheres

Como abertura das comemorações de seus 60 anos de trajetória associativa, em 2015, a Amagis homenageou,

no dia 13 de março, as magistradas, esposas de magistrados e pensionistas por ocasião do Dia Internacional das

Mulheres. A noite foi animada pela apresentação do humorista Carlos Nunes e pela apresentação musical

do grupo Henrique Jota & CIA no auditório da Associação, em Belo Horizonte.

Página 12

Adriano Boaventura



Obra de modernização da fachada amplia a segurança na Amagis

SEDE RENOVADA

As obras de renovação da fachada do prédio da Amagis foram concluídas no dia 25 de março. Com as mudanças, a sede foi modernizada, garantindo mais segurança e tranquilidade aos seus usuários.

Página 15

Associação discute PEC 63 em Brasília

Página 3

Ato nacional reafirma eleições diretas

Página 7

Plano de Saúde revela história da Amagis

Página 13

Autonomia e valorização reafirmam prioridades

HERBERT CARNEIRO*

Autonomia e fortalecimento do Judiciário e valorização da magistratura são bandeiras históricas e reivindicações permanentes da Amagis e demais Associações de magistrados, e também das direções dos Tribunais, que marcaram o mês de março de 2015. Por meio de decisões que representaram avanços significativos, demos salto importante na direção dessas conquistas, cada vez mais, irreversíveis.

No dia 3 de março, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ratificou a liminar concedida pelo conselheiro Gilberto Valente Martins, dada em 13 de janeiro, determinando que todos os tribunais estaduais reajustassem o valor dos subsídios dos desembargadores e juízes sem a necessidade de encaminhar projeto de lei para as Assembleias Legislativas. A liminar havia sido concedida em pedido de providências requerido pela AMB. A determinação do CNJ é relevante sob o aspecto político, pois representa avanço para a autonomia e independência do Judiciário.

No dia 23 de março, reunião realizada na Assembleia Legislativa de Minas, entre deputados estaduais e secretários do novo Governo estadual, para discutir cortes no orçamento do Estado, ficou consensuado que o orçamento do Judiciário seria mantido em sua forma original, conforme encaminhado pelo Tribunal de Justiça. Três dias depois, o Plenário da Assembleia aprovou o projeto de Orçamento para 2015 de acordo com esse entendimento e em respeito à autonomia orçamentária do Poder Judiciário. Cabe, agora, a fiscalização atenta à execução orçamentária, para cumprimento das metas traçadas.

O resultado é fruto da boa e intensa interlocução com os três Poderes, desenvolvida pela Amagis em parceria com o TJMG, com significativos avanços para o aperfeiçoamento e fortalecimento do Judiciário e valorização da magistratura.

Tão importante quanto essas medidas foram as do presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, o eminente ministro Ricardo Lewandowski, ao editar duas portarias de grande repercussão para o Judiciário estadual e a classe. A primeira delas cria o Conselho Consultivo formado pelos Tribunais de Justiça de todo o País. O órgão terá o papel de auxiliar a Presi-

dência do CNJ nas tomadas de decisões administrativas sobre o funcionamento da Justiça Estadual.

A ideia desse Conselho Consultivo nasceu, em Belo Horizonte, no dia 14 de março, durante o encerramento do 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado pelo presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt. O Conselho criará oportunidade de ampliação do diálogo entre o CNJ e o Judiciário estadual.

Isso também configura valorização e aperfeiçoamento institucional e tornará as decisões do Conselho Nacional de Justiça mais assertivas e coerentes com os anseios da Justiça Estadual. O órgão será composto pelos integrantes ativos do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça. Duas prioridades

“Convidamos a todos a participarem da construção do novo Estatuto, com propostas baseadas na própria experiência e no ideal de Judiciário que desejamos”

desse grupo serão a proposição de ações voltadas à saúde de magistrados e servidores e discussões no âmbito da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

A segunda portaria, de semelhantes alcance e efeito, cria o Conselho Consultivo para assessoramento na análise de assuntos de interesse da magistratura nacional, auxiliando a Presidência do CNJ no tratamento de propostas administrativas que envolvam juízes. Como sinal de mais diálogo e transparência, e, portanto, de democratização, o novo órgão será integrado pelos presidentes

da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Em ambos os casos, o Conselho Nacional de Justiça ficará assessorado adequadamente, com subsídios e debates que fundamentarão suas decisões administrativas. São medidas e decisões que reafirmam o novo momento da magistratura e do Judiciário, segundo o qual estamos no caminho certo, dos avanços e conquistas e do aperfeiçoamento.

Como presidente do STF, o ministro Lewandowski abriu espaço para participação da magistratura na construção do novo estatuto. Por essas razões, renovamos o convite a todos os magistrados mineiros a participarem, por meio de nossa Comissão Especial sobre o novo Estatuto, com propostas baseadas na própria experiência profissional e no ideal de justiça e de Judiciário de cada um. ●

(*) Presidente da Amagis



**Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS**

Rua Albite, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)**

Presidente:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

TEMPO DE SERVIÇO

Associações pautam PEC 63

Com a PEC 63 definida como uma das prioridades para este ano, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e dirigentes de Associações de magistrados realizaram, no dia 3 de março, uma visita de cortesia ao senador Romário, na qual conversaram com o parlamentar sobre a aprovação da PEC 63, que institui parcela indenizatória por tempo de serviço para a Magistratura e Ministério Público.

O encontro aconteceu após a reunião do Conselho de Representante da AMB, quando, além da PEC 63, foram discutidos temas como o PLS 554, que pretende alterar o Código de Processo Penal para determinar o prazo de 24 horas para a apresentação do preso à autoridade judicial e formas de diminuir o uso predatório da Justiça.

PLANEJAMENTO

A priorização da PEC 63 foi definida em reunião da diretoria da Amagis, realizada no dia 19 de janeiro, e tem como objetivo fortalecer a importância da matéria, que é uma forma de valorizar a experiência acumulada pelos membros e funções essenciais do Estado.

A Associação seguirá intensificando seu trabalho em Brasília, atuando junto a parlamentares, em conjunto com a AMB, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), o Colégio de Presidentes dos Tribunais e as Associações estaduais de magistrados. No dia 18, em Brasília, Herbert Carneiro esteve com os deputados federais Edson Moreira, Laudívio Carvalho e Tenente Lúcio. •

Arquivo Pessoal



Magistrados conversaram com o senador Romário sobre a PEC 63, em Brasília

INDEPENDÊNCIA DE JULGAR

Amagis repudia campanha calúniosa contra magistrada

Reprodução



Nota da Amagis em defesa da juíza

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, repudiou, veementemente a campanha calúniosa contra a juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Ouro Preto, disseminada na internet pelas redes sociais.

Por meio de perfis falsos, pessoas têm recorrido ao anonimato para atacar a honra, dignidade, moral e reputação da magistrada que se dedica, diuturnamente, a fazer e distribuir justiça. Em nota pública divulgada no dia 17 de março, o pre-

sidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, deixa claro que a juíza é exemplo de dedicação e cumprimento da Constituição e das leis. No texto, o presidente da Associação orienta que aos insatisfeitos com as decisões judiciais, há o direito constitucional de defesa e de recursos a outras instâncias, de acordo com o devido processo legal.

A Amagis acionou o seu departamento jurídico, que tomou todas as providências cabíveis em defesa da honra da magistrada, certa de estar resguardando a independência de julgar de toda a classe. •

ORÇAMENTO

ALMG reafirma orçamento e autonomia do Judiciário

Durante audiência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa de Minas (ALMG), da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, no dia 23 de março, os secretários de Estado, Helvécio Magalhães (Planejamento e Gestão) e José Afonso Bicalho (Fazenda), garantiram que a proposta orçamentária do Poder Judiciário será mantida em sua forma original, como encaminhada pelo TJMG. Os deputados apoiaram a decisão, configurando a reafirmação e reconhecimento da autonomia administrativa e orçamentária do Poder Judiciário pelos Poderes Legislativo e Executivo. O resultado é fruto da boa e intensa interlocução com os três Poderes, desenvolvida pela Amagis, com apoio do TJMG, com significativos avanços para o aperfeiçoamento e fortalecimento do Judiciário e valorização da magistratura.

Na noite do mesmo dia, foi aprovado o novo parecer de turno único ao Projeto de Lei (PL) 5.497/14, que

Tiago Parrela

**Herbert Carneiro durante audiência pública na Assembleia Legislativa**

contém o Orçamento do Estado para 2015. A aprovação se deu em reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) ampliada com membros das demais comissões permanentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A partir daí, o projeto do governador seguiu para discussão e votação do Plenário, que aconteceu no dia 26 de março.

O projeto de Orçamento voltou à comissão para receber novo parecer, tendo em vista a necessidade de adequações do projeto à situação econômica do País. Como não foi vota-

do no final do ano, como é tradicional, o governo mineiro, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça e os órgãos estaduais ficaram, nos três primeiros meses do ano, sem orçamento, funcionando à base de duodécimos do orçamento.

O embasamento das alterações foi consubstanciado numa avaliação do atual Governo do Estado sobre a proposta orçamentária para 2015 elaborada pela gestão anterior. Esse documento foi entregue no último dia 12 ao deputado Tiago Ulisses, que por sua vez, repassou-o oficialmente ao presidente da ALMG, depu-

tado Adalclever Lopes (PMDB).

Foi feita reestimativa dos chamados “grandes números” do Orçamento 2015, apurando-se ao final um déficit fiscal da ordem de R\$ 7,27 bilhões. Dessa forma, a receita fiscal foi reduzida dos R\$ 72,43 bilhões previstos no parecer original para R\$ 68,35 bilhões, já descontada a receita intraorçamentária, reestimada em R\$ 13,03 bilhões, mas o orçamento do Judiciário não sofrerá alterações.

De modo oposto, a despesa fiscal (anteriormente estimada em R\$ 72,43 bilhões) foi

elevada para R\$ 75,62 bilhões, também já descontadas as despesas intraorçamentárias. Essas últimas dizem respeito às aplicações diretas decorrentes de operações entre os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal, reavaliadas em R\$ 13,03 bilhões. Uma das despesas reavaliadas foi a rubrica Despesas de Exercícios Anteriores, de R\$ 1,15 bilhão, valor não computado no projeto original, segundo o relator, deputado Tiago Ulisses.

Durante o período que antecedeu as negociações, a diretoria da Amagis manteve contatos permanentes com os deputados estaduais e integrantes do governo. No dia 4 de março, o presidente Herbert Carneiro reuniu-se com o deputado Isauro Calais, na Assembleia. Com o mesmo propósito, o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, e o diretor financeiro, juiz José Martinho Nunes Coelho, foram recebidos, no mesmo dia, pelo deputado Dirceu Ribeiro, em seu gabinete. ●

AUTOMATICIDADE

CNJ preserva independência do Judiciário

Ao ratificar, no dia 3 de março, a liminar do conselheiro Gilberto Valente, que determina a todos os tribunais estaduais reajustar o valor dos subsídios da magistratura, aprovada pelo Congresso Nacional, sem a necessidade

de encaminhar projeto de lei para as Assembleias Legislativas, o Conselho Nacional de Justiça reafirmou a autonomia do Judiciário e independência entre os Três Poderes.

Segundo o presidente da Amagis, de-

sembargador Herbert Carneiro, a medida representa maior independência e autonomia do Judiciário, bandeira maior da Associação, ao lado da defesa permanente das prerrogativas dos magistrados.

A decisão do conselheiro Gilberto Martins, no dia 13 de janeiro, atendeu ao pedido de providências da AMB, com gestões da Amagis, requerendo a antecipação dos efeitos da norma do parágrafo único

a ser acrescido ao artigo 11 da resolução CNJ nº 13/2006. O reajuste cabe também aos magistrados inativos e pensionistas, considerando o escalonamento previsto no artigo 93, V, da Constituição Federal. ●

COLÉGIO DE PRESIDENTES

Conselhos criam canal de participação dos tribunais

Marcelo Albert / TJMG



Presidentes de tribunais de todo o país com o ministro Ricardo Lewandowski, no TJMG

Dez dias depois de participar do 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado entre os dias 12 e 14 de março, no TJMG, o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF e do CNJ assinou, no dia 24 de março, a portaria que cria o conselho consultivo formado por Tribunais de Justiça de todo o país, para auxiliar o CNJ nas tomadas de decisões administra-

tivas que impactam o funcionamento da Justiça Estadual. A publicação da portaria atende à proposta do Colégio de Presidentes, apresentada pelo presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, no dia 14 de março. “Com isso, valorizaremos a Justiça Estadual e tenho certeza de que as soluções e decisões do Conselho Nacional de Justiça com relação a este ramo do Judiciário serão mais

corretas e consentâneas com os anseios dos que nela labutam”, afirmou o ministro Ricardo Lewandowski durante o encontro, em Belo Horizonte. Para o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, a criação do conselho é um grande começo diante da necessidade dos Tribunais serem ouvidos em decisões do CNJ. “A iniciativa do ministro Ricardo Lewandowski vem em benefício da atuação do Conselho Nacional de

Justiça, na medida em que as decisões serão tomadas com a contribuição da Justiça Estadual, que abrange todos os rincões de nosso país e concentra a maior parte dos processos em tramitação”, afirmou. O conselho consultivo formado pelos Tribunais de Justiça dos estados será composto pelos integrantes ativos do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Uma das prioridades do

grupo será relacionada às ações voltadas à saúde de magistrados e servidores. O novo órgão também deverá contribuir para as discussões sobre a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

ASSOCIAÇÕES

Juntamente com o ato que cria representação dos presidentes de tribunais, o ministro Ricardo Lewandowski assinou a portaria criando o conselho consultivo para assessoramento na análise de assuntos de interesse da magistratura nacional. O órgão será composto pelos presidentes da AMB, Ajufe e Anamatra, e auxiliará a presidência do CNJ no tratamento de propostas administrativas que envolvam juízes. A criação dos órgãos amplia o diálogo do Judiciário Estadual com o CNJ. Os conselhos terão um papel de assessoramento, com a missão de fornecer subsídios e auxiliar no debate que antecede às decisões administrativas a serem tomadas pela presidência do CNJ. ●

SEU DIREITO DE IR E VIR FICA BEM MELHOR NA AUTO JAPAN.

CORTESIA:

* PROTETOR DE CARTER

* JOGO DE TAPETES

* INSULFILM

CITY

FIT

Home and Office Delivery

Rede de Concessionárias Auto Japan. Mais Honda. Mais Você.

RAJA

Raja, 2760 - 3298-2900

BANDEIRANTES

Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA

Catalão, 750 - 3469-5900

CIDADE NOVA

Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

SEMINOVOS BARÃO

Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br

HONDA

AUTO JAPAN

BDO

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

* Protetor de cartão, insulfilm e jogo de tapetes como cortesia na compra dos modelos Honda FIT ou CITY 2015, para filiados Amagis. ** Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit e City de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de Segunda a Sexta-feira mediante agendamento prévio. Condições válidas de 01/04/2015 a 30/04/2015. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

COLÉGIO DE PRESIDENTES

Ministra vê novas práticas para transformar o Judiciário

Marcelo Albert / TJMG

**Cármen Lúcia apresentou o balanço da campanha 'Justiça pela Paz em Casa'**

A vice-presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, defendeu, em Belo Horizonte, a realização de práticas inovadoras para a transformação do Judiciário. Ela afirmou que não acredita em reforma do Poder Judiciário e propôs a reflexão sobre qual Judiciário temos, precisamos e podemos oferecer ao cidadão. Para ela, é necessário enaltecer o trabalho dos juízes de

1º grau, que, mesmo enfrentando condições adversas, constroem a Justiça.

A ministra Cármen Lúcia esteve na capital mineira, no dia 13 de março, quando apresentou o balanço da campanha 'Justiça pela Paz em Casa', do STF, que prioriza o julgamento de ações relacionadas à violência doméstica e tem o TJMG como parceiro. Ela destacou

a importância do esforço concentrado dos magistrados, o que significou um aumento de 1000% nas audiências marcadas e 50 júris realizados em todo o País, na primeira semana da campanha.

INTERLOCUÇÃO

Também participou do mesmo evento, o vice-presidente da República Michel Temer. Ele e a ministra ainda

prestigiaram o segundo dia do 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, que foi sediado no TJMG, entre os dias 12 e 14 de março. O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o governador Fernando Pimentel, entre outras autoridades, participaram do evento.

De acordo com Michel Temer, o Judiciário é a instância definitiva no combate à violência contra a mulher. Ele destacou a importância do entrosamento entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a promoção da cidadania. O vice-presidente da República citou a campanha "Justiça pela Paz em Casa" como exemplo de iniciativa que consegue a absoluta coincidência da busca da Justiça com o que é Justo.

O Encontro do Colégio de Presidentes foi aberto no dia 12 de março e contou com a presença de presidentes e representantes dos Tribunais de Justiça estaduais de todo o País. Temas como atuação da Corregedoria de Justiça Nacional, Lei Orgânica da Magistratura, Recursos Repetitivos e atuação do Conselho Nacional de Justiça estiveram em pauta durante o Encontro, que teve como objetivo levantar os desafios e buscar soluções conjuntas para as questões que envolvem o Poder Judiciário estadual em todo o País. ●

Renata Caldeira / TJMG

**Desembargadores mineiros participaram do encontro**

Marcelo Albert / TJMG

**Des. Fernandes Filho foi homenageado no encontro**

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Amagis participa de ato por eleições diretas nos tribunais

ASCOM / AMB

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou, no dia 24 de março, da mobilização em defesa da alteração dos regimentos dos tribunais, para que os juízes de primeiro grau também possam participar da escolha dos dirigentes da Corte Estadual. O ato público faz parte do Movimento das Eleições Diretas nos Tribunais, encabeçado pela AMB, com apoio de todas as Associações estaduais de magistrados, e foi realizado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

A democratização do Judiciário é uma das bandeiras históricas da Amagis, que, em março do ano passado, fez campanha semelhante pela inclusão das eleições diretas no regimento interno do TJMG, obtendo conquista parcial, no dia 17 do mesmo mês, quando o Pleno do Tribunal ampliou a elegibilidade a todos os desembargadores.

A ampliação da democracia no Judiciário é um dos pontos do anteprojeto do novo Estatuto da Magistratura, que deve ser remetido ao Congresso Nacional neste ano. Atenta a esse debate, a Amagis criou a comissão para Estudos do Novo Estatuto da Magistratura, a fim de estimular a participação dos juízes mineiros. As sugestões podem ser enviadas para estatuto@amagis.com.br. •



Juízes de todo o país participaram do ato pelas diretas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal

DIÁLOGO

Amagis e TCE-MG reafirmam parceria

Adriano Boaventura



Herbert Carneiro e Sebastião Helvecio

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, encontrou-se com o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro, no dia 5 de março, durante uma visita de cortesia, para tratar de assuntos pertinentes à Justiça.

Com o objetivo de fortalecer e manter os

laços por um Judiciário cada vez mais eficiente e discutir assuntos de interesse da classe, a Amagis tem se reunido com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa interlocução tem possibilitado os avanços e conquistas dos últimos dois anos, por melhorias na Justiça e em defesa da magistratura, que é uma das prioridades da Associação. •

TJMG

Órgão Especial promove juíza

Georgia Baçvaroff



Sessão foi transmitida ao vivo pela Amagis

O Órgão Especial do TJMG promoveu, no dia 25 de março, ao cargo desembargadora, a juíza Ângela de Lourdes Rodrigues, que tomou posse na 8ª Câmara Cível, no dia 27 de março.

O juiz Ronaldo Claret de Moraes foi convocado para atuar, por substituição, na 6ª Câmara Cível. Integram a lista de remanescentes os juízes Wilson Almeida Benevides, pela 2ª vez, e Maurício Torres Soares, pela 1ª vez.

Na sessão foi aprovada a formação da Turma Exclusiva Recursal dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, Betim e Contagem. A turma será composta pelos juízes Carlos Perpétuo Braga, Paulo Gastão de Abreu, Rodrigo Lamounier, Cláudia Batista e Marli Maria Braga, como titulares, e Mara Cristina de Avellar Fonseca, Cláudia Regina, Mariana de Lima, Paulo Maia e Christina Lasmar, como suplentes. •

GRUPO DE TRABALHO

TJ reavalia regra sobre residência

Em resposta ao ofício do presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, determinou, no dia 18 de março, a criação do Grupo de Trabalho para propor modificações na resolução nº 547, de 3 de outubro de 2007, que regulamenta a autorização para a residência de juiz fora da comarca.

De acordo com a portaria nº 3128 de 2015, a comissão terá o prazo de 60 dias para concluir os trabalhos, contados a partir da data de publicação do documento. A

Amagis será representada na comissão por sua vice-presidente Administrativa, juíza Luiza Peixoto.

A comissão será presidida pela juíza auxiliar da presidência, Eveline Mendonça Félix Gonçalves, e será integrada pelo juiz auxiliar da corregedoria-geral de Justiça, Rui de Almeida Magalhães, e pela juíza da 7ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial, Marixa Fabiane Lopes Rodrigues.

No ofício encaminhado no dia 9 de março, a Amagis observou que a resolução em

vigor não estabelece critérios objetivos para autorização de residência de juiz fora da comarca. Nessa resolução, o pedido de autorização deve ser dirigido ao presidente do Tribunal, que receberá informações da Gerência da Magistratura sobre a vida funcional do requerente e encaminhado à Corregedoria Geral de Justiça.

A regulamentação é necessária já que a residência do magistrado fora da comarca, sem a devida autorização, caracteriza infração funcional sujeita a procedimento administrativo. •



Amagis solicitou nova regra em ofício

Dictum
Instituto de gestão e perfil

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
E EXTRAJUDICIAL

DE EMPRESAS.

31 3282-5374
www.dictuminstituto.com.br

Rua Raimundo Correa | 52 | sala 02 |
São Pedro | CEP 30330-090 | BH | MG

TJMMG

Presidente do STF defende Justiça Militar



Herbert, Lewandowski, Fernando e João Ricardo

Durante a cerimônia de entrega do Colar do Mérito Judiciário Militar, no dia 13 de março, pelo Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, defendeu a importância da Justiça Militar para o país.

Segundo o presidente do Supremo, a Justiça Militar é uma forma ainda mais segura de garantir os direitos dos cidadãos, com competência para julgar esse ramo da Justiça de forma mais célere e com qualidade. O ministro foi agraciado com o

colar por sua efetiva contribuição ao Judiciário e à sociedade brasileira. O colar é a mais alta comenda da TJMMG.

A saudação a Lewandowski foi feita pelo juiz Cel. Rúbio Paulino Coelho, ex-presidente do TJMMG. Os desembargadores Antônio Sérulo, corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais; José Roberto Nalini, presidente do TJSP; Herbert Carneiro, presidente da Amagis, e o juiz João Ricardo Costa, presidente da AMB, participaram da homenagem, que contou com a participação de várias outras autoridades. •

SANCIONADO

Novo CPC ainda gera dúvidas e polêmicas no meio jurídico

Em um ano, o novo Código de Processo Civil (CPC), sancionado no dia 16 de março, entrará em vigor. A publicação da nova norma gerou algumas polêmicas no meio jurídico. O veto presidencial ao artigo 333, por exemplo, tem sido lamentado por juristas, pois permitira a conversão de ações múltiplas em ação coletiva. Em entrevista ao DECISÃO, o desembargador Caetano Levi Lopes comentou algumas das dúvidas surgidas com o novo CPC.

Como o senhor avalia o trabalho da comissão de juristas que elaborou o novo Código de Processo Civil?

O trabalho da Comissão, ao elaborar o anteprojeto, foi importante como primeiro passo para ser iniciado o processo legislativo. Houve certa dúvida se haveria reforma do atual CPC ou elaboração de um novo código. Mas o propósito foi salutar. O Brasil necessita, urgentemente, romper o impasse decorrente da busca exponencial pela tutela jurisdicional e a morosidade da resposta em decorrência de estruturas arcaicas, inclusive no plano legal. Os integrantes da comissão, juristas de peso, tentaram encontrar a solução e só merece aplauso o trabalho que desenvolveram.

Como o novo Código de Processo Civil poderá

garantir celeridade aos julgamentos?

Várias medidas foram tomadas nesse sentido. Entretanto, uma delas que prometia ser instrumento eficaz, lamentavelmente, sofreu veto presidencial. Refiro-me ao artigo 333, que permitiria a conversão de ações individuais múltiplas ou com alcance coletivo, em ação coletiva. Outros instrumentos de menor eficácia foram criados e mantidos. Alguns serão, francamente, contraproducentes, como o julgamento em ordem cronológica (art. 12) e a contagem de prazos em dias úteis (art. 219). No último caso, é fácil prever as discussões intermináveis que irão surgir, com invalidação de atos, multiplicação desnecessária de recursos, enfim, alargamento da duração do processo. Seria preferível a ampliação nominal dos prazos, mantida a regra atual de dias corridos.

A exigência de ordem cronológica para julgamento dos processos pode ferir a autonomia dos tribunais para definir suas prioridades?

A exigência contida no art. 12 é pouco eficaz em razão da longa lista de exceções elencadas no seu § 2º. E, como

tradicionalmente acontece, as exceções acabam por prevalecer. Por exemplo: o disposto no inciso IX do mencionado parágrafo será utilizado com frequência para contornar a regra. Assim, não vislumbro lesão à autonomia dos Tribunais porque estes, na definição de suas prioridades, poderão invocar a excepcionalidade.

A determinação para que os juízes de instâncias inferiores obedeçam à jurisprudência de Tribunais Superiores fere o poder de decisão deles?

É da tradição das ordens jurídicas filiadas ao civil law fazer julgamentos artesanais, invocando, às vezes de modo equivocado, o livre convencimento do juiz. É desconsiderado um bem maior: a segurança jurídica. Parece-me que

Não vislumbro lesão à autonomia dos Tribunais porque estes, na definição de suas prioridades, poderão invocar a excepcionalidade.

o legislador de 2015, seguindo uma tradição inaugurada com a Emenda Constitucional nº45, tende para o sistema do common law. Numa época em que a sociedade brasileira procura maciçamente, como nunca aconteceu antes, a tutela jurisdicional, a multiplicação

das demandas judiciais é exponencial. É até uma exigência de ordem prática a vinculação das instâncias inferiores

Marcelo Albert / TJMG



Desembargador Caetano Levi Lopes

à jurisprudência de Tribunais Superiores. É chegada a hora de

se romper com o mito individualista do livre convencimento individual para prestigiar e até mesmo justificar a existência de decisões dos Tribunais Superiores. Longe de ferir o poder individual de decisão dos juízes, a vinculação atende a legítimo anseio social.

Como a participação de entidades representativas nos Tribunais pode contribuir para os julgamentos de processos de repercussão social?

Em primeiro lugar, os órgãos diretivos do Tribunal devem providenciar adaptação urgente do regimento interno. Suas normas

devem ser claras e objetivas quanto ao procedimento célere a ser observado. Em segundo lugar, devem criar a cultura de fiel observância das normas regimentais. É a parte mais difícil porque envolve mudança cultural. Mas tenho esperança que a mudança irá ocorrer porque a maioria dos juízes e juízas está imbuída de forte espírito público neste

sentido. Por fim, o Tribunal pode valer-se da já mencionada exceção contida no art. 12, § 2º, IX, do novo CPC. Quanto mais rápido for julgado o conflito que tenha maior repercussão social, maior será o ganho em segurança jurídica para a sociedade. ●

É chegada a hora de romper com o mito individualista do livre convencimento individual para prestigiar a existência de decisões dos Tribunais Superiores

VALORIZAÇÃO

Corregedora privilegia diálogo com juízes

Georgia Bacvaroff

**Ministra Nancy Andrigli reuniu-se com os juizes mineiros no Fórum Lafayette**

Durante reunião com juizes mineiros, realizada no dia 16 de março, a ministra do STJ, Nancy Andrigli,

corregedora nacional de Justiça, afirmou que o seu compromisso é com os magistrados de primeiro grau. O encontro

teve o objetivo de colher ideias, propostas, reclamações e sugestões a respeito dos serviços administrativos e

judiciários da Justiça de primeira instância.

De acordo com a ministra, o momento exige nova postura. O papel

principal da corregedoria nacional, segunda ela, não é apenas de punição, mas também de ser um porto seguro, garantindo auxílio e apoio a todos os juizes brasileiros. “Sempre estarei à disposição dos colegas, sem intermediários. Eu posso até não conseguir resolver todos os problemas expostos, mas quero saber das suas necessidades jurisdicionais”, afirmou.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, saudou a ministra pela iniciativa de estar próxima dos juizes e pelo discurso franco, fraterno e propositivo de quem conhece e se preocupa com a realidade do Judiciário. Herbert Carneiro falou com a ministra ainda sobre a automaticidade do reajuste dos subsídios, solicitando atenção especial à decisão do CNJ, que garantiu esse direito à magistratura. ●

TRE-MG

Judicialização da eleição preocupa ministro do TSE

Tiago Parrella

**Ministro João Otávio de Noronha durante palestra no TRE-MG**

O ministro do TSE e do STJ, João Otávio de Noronha, manifestou preocupação com o alto grau de judicialização das eleições durante palestra sobre os “Desafios da Justiça Eleitoral no Brasil”, que integrou a programação do “Ciclo Regional de Debates – Encontro de Juizes e Promotores Eleitorais”, realizada pela Escola Judicial do TRE-MG, em Belo Horizonte, no dia 20 de março. O evento teve apoio da Amagis.

O ministro analisou as recentes manifestações populares, destacando que elas representam mudança de comportamento da sociedade. De acordo com ele, apesar de necessária, a reforma política não resolve a crise política no Brasil. “Nosso desafio não é apenas jurídico, é comportamental e cultural”, afirmou Noronha, para quem o desafio da Justiça Eleitoral é “aplicar severamente a legislação

e trabalhar os juizes para que possam enfrentar uma crise”.

Diretor da Escola Judiciária do TSE e da Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado), o ministro defendeu a formação dos magistrados como um dos pilares de uma boa atuação jurídica. O presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Augusto, destacou a importância do trabalho dos juizes eleitorais, destacando que o cidadão deve respeitar e confiar na atuação dos juizes.

Ao final da palestra, o ministro João Otávio de Noronha e o juiz Paulo de Tarso Tamburini, secretário-geral da Enfam, foram homenageados. O juiz Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, representou o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro. ●

PROGRAMAÇÃO

Ex-ministro vai abrir Congresso Minerário

Fabio Pina



Paulo Haddad abordará a mineração e o desenvolvimento sustentável

O ex-ministro da Fazenda e Planejamento, o economista Paulo Haddad, realizará a palestra “Mineração e Desenvolvimento Sustentável com Ênfase em Aspectos Econômicos”, na abertura do I Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral, promovido pela Amagis, nos dias 24, 25 e 26 de junho, no auditório da unidade Raja Gabaglia do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

A comissão designada pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, no dia 9 de fevereiro, para organizar o congresso, definiu que na sequência das palestras serão realizadas oficinas para avaliar questões práticas e suas repercussões na atividade judiciária.

Na medida em que os detalhes forem definidos, a comissão promoverá a mais ampla divulgação sobre evento, para garantir a participação do maior número

possível de magistrados, abordando temas das mais variadas áreas de atuação dos juízes no setor.

O objetivo do encontro é promover o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, em função da crescente demanda judicial envolvendo a questão mineral, e visando discutir os reflexos econômicos, ambientais e sociais da mineração em Minas Gerais.

Uma das matérias do Direito que se constituiu em um ramo autônomo, com princípios diferenciados, o direito mineral condensa um conjunto sistematizado de normas que tem por objetivo regular o domínio da União sobre o patrimônio mineral nacional e a aquisição, conservação e perda desses direitos.

As atividades de mineração e seus produtos têm um impacto direto no cotidiano do cidadão em todos os sentidos.

Seja presente no aspecto econômico, social ou ambiental. A atividade mineral gera empregos e representa 3% a 5% do PIB (Produto Interno Bruto) do país. Entretanto, a extração do minério sem o controle do poder público pode causar grandes impactos ambientais, comprometendo a qualidade de vida e provocando a redução dos recursos naturais.

A comissão é composta pelos magistrados Tiago Pinto (presidente), José do Carmo Veiga de Oliveira (secretário), Sérgio André da Fonseca Xavier, Rosimere das Graças do Couto, Luzia Divina de Paula Peixoto, Juarez Moraes de Azevedo, Luiz Carlos Rezende e Santos, Pedro Câmara Raposos Lopes, Letícia Drumond, Geraldo Antonio de Freitas, Vânia da Conceição Pinto, José Martinho Nunes Coelho, Edison Feital Leite e Maurício Torres. •

LISBOA

Magistrados participam de seminário

João Carvalho



Faculdade de Direito de Lisboa

Com o apoio da Amagis, magistrados mineiros participam em Lisboa, entre os dias 7 e 9 de abril, do III Seminário Luso-Brasileiro de Direito. Realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) em parceria com o Instituto de Direito Público (IDP) e a PUC do Rio Grande do Sul, o evento acontece no auditório da Facul-

dade, em Lisboa. Entre os conferencistas que participarão do seminário, está o ministro Gilmar Mendes, do STF, os professores Manoel Gonçalves Ferreira Filho (USP), Ingo Sarlet (PUC/RS), Paulo Gonet Branco (IDP) e outros sete professores da FDUL, entre eles Blanco de Moraes, Jorge Miranda, Paulo Saragoça e Marcelo Rebelo de Sousa. •

XII PRÊMIO

Inscrições para o Innovare vão até o dia 14 maio

As inscrições para o XII Prêmio Innovare estão abertas até o dia 14 de maio. A solenidade de lançamento da premiação foi realizada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no dia 5 de março, e foi presidida pelos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, Francisco Falcão, do STJ, e Ayres Britto, presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare.

Na cerimônia, foi anunciada a criação da nova categoria “Justiça e Cidadania”, com tema livre, aberto para pessoas de áreas fora do Judiciário. Neste ano, o prêmio especial contemplará a

“Redução das ações judiciais do Estado: menos processo e mais agilidade”. Os interessados podem fazer a inscrição pelo site premioinnovare.com.br.

Criado em 2004, o Prêmio Innovare chega à sua 12ª edição. Nestes doze anos, os magistrados mineiros Ângela de Lourdes Rodrigues, Moema de Carvalho Balbino Lucas, Oílson Hoffmann e Thiago Colnago Cabral venceram a premiação. E os desembargadores aposentados Joaquim Alves de Andrade e Hugo Bengtsson Júnior, e o juiz Juarez Moraes de Azevedo receberam menção honrosa. •

RECONHECIMENTO

Magistradas celebram Dia Internacional da Mulher

Com uma homenagem às magistradas, a Amagis deu início às comemorações dos seus 60 anos, completados no dia 21 de outubro deste ano. A data refere-se ao dia do ano de 1955, quando a Associação foi registrada em cartório. Parte dessa história, as magistradas, esposas e pensionistas receberam o reconhecimento da diretoria, no dia 13 de março, em noite de comemoração do Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Na abertura da celebração, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, deu as boas-vindas aos presentes e destacou a importância e contribuição das magistradas ao Poder Judiciário. “A Amagis chega aos 60 anos não só com a força política e institucional, mas também com a força da confraternização e solidariedade que deve unir a todos nós magistrados”, afirmou.

O presidente da Comissão dos 60 anos, desembargador Jayme Silvestre Corrêa Camargo, exaltou a participação das mulheres no Judiciário, lembrando as primeiras magistradas que ingressaram na Justiça mineira. Jayme Silvestre convidou todos a se integrarem às comemorações das seis décadas de associativismo da magistratura de Minas Gerais, e destacou o objetivo da Amagis de integrar juizes da capital com interior. União que, em 1955, resultou na fundação da Amagis.

PROGRAMAÇÃO

A confraternização foi animada pela apresen-

Tiago Parrela



Apresentação do humorista Carlos Nunes animou a comemoração

Tiago Parrela



Magistrados e familiares encontraram-se para homenagear as mulheres

tação musical do grupo Henrique Jotta & Cia. e pelo humorista Carlos Nunes que deu o ar da graça com um número de stand up comedy e foi tão aplaudido quanto o seu sucesso mais conhecido, a peça “Como sobreviver em festas e recepções com buffet escasso”.

Para celebrar suas seis décadas de inten-

sa atuação em defesa das prerrogativas e direitos dos magistrados em prol da cidadania, o presidente da Amagis designou uma Comissão Especial formada por magistrados que foi incumbida de planejar e organizar as comemorações.

A Comissão definiu, no dia 17 de março, os

últimos detalhes do encontro de congratamento que será realizado na Comarca de Juiz de Fora, na Zona da Mata, no final deste mês. Também foi decidido que será editado o segundo volume do livro “Receitas Ajuizadas”.

A participação na publicação é aberta a magistrados, pensio-

nistas e seus familiares que podem participar enviando receitas de pratos saudáveis e de fácil preparo. As sugestões serão selecionadas pela Comissão e devem ser enviadas para o e-mail imprensa@amagis.com.br, com a receita, nome e telefone do autor. O livro será vendido com renda revertida ao Nutris. ●

QUALIDADE DE VIDA

Plano de Saúde foi condição para juiz presidir a Amagis

ADRIANO BOAVENTURA

Adriano Boaventura

No próximo dia 22 de abril, o Amagis Saúde completará 39 anos. A criação do plano de saúde foi uma das condições para que o desembargador Erotides Diniz aceitasse concorrer à presidência da Amagis (1975-1976), conforme revelou, em 1999, a pensionista Rita Moreira Diniz, 98 anos, aos pesquisadores do Memorial da Associação.

“Ele aceita a presidência da Amagis se for criado o plano de saúde”, respondeu a viúva a três desembargadores que foram ao apartamento do casal, empenhados em ver Erotides Diniz à frente da Associação. Apesar de não se recordar do nome dos três magistrados, ela afirma, sem dúvidas, que a proposta de criação do plano de saúde foi o motivo do marido ter concordado em se candidatar à presidência da Amagis.

D. Rita Diniz lembra ainda que, inicialmente, a referência para a elaboração do Amagis Saúde, instituído como



Sede do Amagis Saúde. No detalhe, ata de criação do plano

Departamento Médico-Hospitalar-Odontológico, era o plano de saúde da ex-estatal Vale do Rio do Doce. Entretanto, de acordo com ela, ao conhecer a estrutura da assistência médica oferecida pela companhia, a diretoria viu-se obrigada a iniciar o projeto com uma estrutura mais modesta do que a desejada.

Nesses 39 anos, o Amagis Saúde passou por uma reformulação administrativa na ges-

tão do desembargador Doorgal Andrada (2001/2002), da qual o vice-presidente de Saúde era o desembargador Tiago Pinto, foi consolidado como plano de autogestão no mandato do desembargador Nelson Missias de Moraes (2007/2009), tendo na vice-presidência de Saúde o Juiz Bruno Terra Dias.

Durante o mandato de Bruno Terra Dias (2010-2012), cujo vice-presidente de Saúde

era o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, atual vice-presidente Financeiro da Associação, foi lançado o programa ‘Amor à Vida’, destinado à prevenção e qualidade de vida. O avanço mais recente foi conquistado na atual gestão, no dia 10 de abril de 2014, quando magistrados de todo o Estado aprovaram a criação do plano Amagis Saúde Grupo de Estados (Minas, Rio e São Paulo).

REDE CREDENCIADA

Hoje, o Amagis Saúde possui uma rede credenciada composta por aproximadamente 2 mil médicos em toda Minas Gerais, oferece atendimento 24 horas e diferenciado ao associado, e todas as atividades são acompanhadas pelo Conselho Gestor de Saúde, que se reúne mensalmente para avaliar o plano.

O amor programa ‘Amor à Vida’ é formado por uma equipe multidisciplinar, integrada por um cardiologista, nutricionista, endocrinologista, dentista e geriatra, que atendem na sede da Associação, e um fisioterapeuta, que dá aulas de ginástica e atividades físicas, no Parque Esportivo da Amagis, às terças e quintas-feiras, de 8h às 11h.

A construção desta história tem garantido ao Amagis Saúde, anualmente, o reconhecimento da Agência Nacional de Saúde sobre a excelência do plano de autogestão da magistratura. ●

DATAS HISTÓRICAS

3 de abril
de 1975



Amagis associa-se à AMB;

22 de abril
de 1976



Criação do Departamento Médico, Hospitalar e Odontológico da Amagis. Hoje Amagis Saúde;

Abril
de 1977



Estabelecida a Comissão de Construção da sede da Amagis;

7 de abril
de 1988



Assembleia Nacional Constituinte desaprova a criação do Conselho Nacional de Justiça.

UNIDADES SOCIAIS

Novo regulamento institui a criação do grupo familiar

Arquivo Amagis

**Apartamentos do CAMT oferecem conforto aos associados**

Ao entregar a minuta do novo regulamento de uso das unidades sociais da Amagis, aprovado sem ressalvas pela diretoria da Associação em reunião realizada no dia 9 de março, o desembargador Armando Freire, presidente da comissão que elaborou o novo estatuto, fez questão de esclarecer que um dos objetivos dos magistrados que compuseram o grupo era manter o ambiente familiar de confraternização entre os associados, parentes e convidados.

A partir da avaliação das várias sugestões recebidas, a comissão decidiu instituir no novo regulamento o grupo familiar do associado titular, formado pelo cônjuge ou companheiro (a), pai, mãe, filhos e enteados, netos, tutelados e curatelados, genros e noras, que poderão usufruir das

unidades sociais da Associação, observadas as normas fixadas no estatuto, disponível no site amagis.com.br.

Outra novidade é o enquadramento do auditório na sede da Amagis como unidade social. Assim como o salão de festas, o espaço poderá ser locado, a associados e terceiros mediante contrato, pagamento de aluguel e proposta previamente aprovada pela diretoria da Associação.

Os membros do grupo familiar, devidamente cadastrados, mediante pagamento de diária, em valor correspondente ao dobro do normal, poderão fazer uso das colônias de férias nos períodos de baixa temporada. E a frequência no Parque Esportivo será permitida por meio de retirada de convite e com a presença do associado titular ou um membro do grupo familiar. ●

SAIBA COMO APROVEITAR AS UNIDADES SOCIAIS DA AMAGIS

SALÃO DE FESTAS E AUDITÓRIO



O salão de festas e o auditório da Amagis podem ser utilizados pelos associados, seus dependentes, e terceiros, mediante contrato de locação e pagamento do aluguel. Para o uso do auditório ainda será necessário o envio de proposta que deverá ser aprovada pela diretoria da Associação. A não formalização do contrato no prazo de sessenta dias subsequentes à reserva implica no automático cancelamento do pedido. O locatário deverá devolver o espaço no estado em que o recebeu, com garantia de ressarcimento de qualquer dano.

PARQUE ESPORTIVO



Terão acesso ao Parque Esportivo, associados da Amagis, seus dependentes e o grupo familiar do associado titular, devidamente cadastrado na Associação. Os convidados somente poderão frequentar a unidade em companhia do associado ou de um dos seus dependentes. Poderão ser adquiridos até cinco convites por mês, não cumulativos, para acesso dos convidados. Esse número poderá ser reduzido nos períodos de alta temporada. Os convites deverão ser requisitados, previamente, pessoalmente, pelo fax (31) 3079-3458 ou pelo e-mail adrianapires@amagis.com.br.

CENTRO DE APOIO AO MAGISTRADO EM TRÂNSITO – CAMT



A finalidade do CAMT é hospedar os associados em trânsito em Belo Horizonte. A inscrição para utilização dos apartamentos será admitida com antecedência máxima de 20 dias da data desejada, sujeita a confirmação.

As reservas são pessoais e intransferíveis e serão realizadas mediante inscrição em lista e depósito bancário antecipado. O pagamento das diárias será feito no prazo de 48 horas da disponibilização do apartamento. Em caso de desistência em prazo inferior a 48 horas da data de entrada, o associado perderá o valor correspondente a uma diária.

COLÔNIAS DE FÉRIAS



As colônias podem ser frequentadas pelos associados da Amagis, seu cônjuge e dependentes, convidados, somente em companhia do associado ou um dependente, e terceiro na forma que dispuser a diretoria da Associação. Quando a demanda for maior do que o número de unidades, as vagas serão definidas por sorteio.

Nos períodos de baixa temporada, membros do grupo familiar do associado titular, devidamente cadastrados, mediante pagamento de diária, em valor correspondente ao dobro do normal, poderão fazer uso das colônias de férias.

MODERNIZAÇÃO

Obra renova e garante mais segurança à sede da Amagis

Adriano Boaventura

Com apenas três meses de trabalho, a obra de modernização da fachada da sede da Amagis, em Belo Horizonte, foi entregue ao associado no dia 25 de março. A renovação melhorou o acesso ao prédio, dará mais segurança aos seus usuários e valorizou o patrimônio da magistratura. Todas as etapas da reforma foram acompanhadas pela comissão de magistrados, designada pelo presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro.

Na entrada, foi construído um pórtico, uma rampa de acesso para pessoas portadoras de deficiência física, instaladas catracas para o controle do fluxo de pessoal no prédio e um portão para reforçar a segurança, que será utilizado fora do horário de expediente. Outra novidade é o espaço de convivência criado na área externa, que propicia conforto e um ambiente agradável, valorizando ainda mais o imóvel.

COMISSÃO

Durante os três meses de execução da obra, a comissão formada pela juíza Riza Nery, diretora do Parque Esportivo da Amagis, o desembargador aposentado Nicolau Masselli e o juiz Eustáquio Lucas Pereira, reuniu-se cotidianamente para avaliar e aprovar o projeto de modernização do prédio, aprovar orçamentos e acompanhar o andamento dos trabalhos, a fim de garantir um cumprimento do cronograma, que foi executado dentro do prazo previsto.

**Pórtico ficará fechado fora do horário do expediente****Catracas controlarão o fluxo de pessoal na sede da Amagis**

A sede própria da Amagis foi inaugurada em 1983, na gestão do desembargador aposentado Lincoln Rocha. O imóvel localizado na rua Albita, 194, bairro Cruzeiro, Zona Sul de Belo Horizonte, possui sete andares, auditório, salão de festas, ambulatório odontológico e consultórios médicos para funcionamento do programa 'Amor à Vida' do Amagis Saúde, onde atuam também os serviços admi-

nistrativos da Associação e o plano de saúde.

No anexo ao lado, os associados podem usufruir do Parque Esportivo, com opções de esporte e lazer para toda a família, e do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT), com 16 suítes construídas para dar tranquilidade e conforto ao magistrado do interior do Estado que precisa se deslocar para Belo Horizonte.

A valorização permanente do patrimônio da Amagis e a melhoria do conforto dos associados é uma das preocupações da diretoria, que, em 2014, realizou diversas obras de manutenção das suas unidades, especialmente nas colônias de férias, nas quais fez várias melhorias para oferecer maior satisfação e bem-estar a magistrados e familiares. ●

CONVÊNIOS

FAZENDA PALESTINA HOTEL

Zona Rural s/n
Itapecerica – MG
(37) 3341-2585

FLORICULTURA FLORATTA

R. Marciano Santos, 918
Araguari – MG
(34) 3246-7116

LAVANDERIA SL LTDA (QUALITY LAVANDERIA)

Av. João Chaves, 91
Jardim São Luis
Montes Claros – MG
(38) 3224-3333

EXATA

R. Gonçalves Dias, 774
Funcionários
Belo Horizonte – MG
(31) 3290-2580

PEDRO CINE FOTO

R. da Bahia, 501, Lj 02
Centro – Belo Horizonte
MG – (31) 2128-3400

MICROWAY

Av. Contagem, 2109,
loja 04 – Santa Inês
Belo Horizonte
(31) 3234-1334
(31) 96629284

COMPANHIA ATHLETICA

Av. Olegário Maciel,
1600, lj GD 01
Shopping Diamond Mall
Belo Horizonte – MG
(31) 3304-2000

POUSADA DO GARIMPO

Av. Saudade, 265
Centro – Diamantina
MG – (38) 3531-1044

TAUÁ GRANDE HOTEL DE ARAXÁ

Estância Parque
do Barreiro, s/nº
Araxá – MG
(34) 3669-7000
(34) 3669-7020

CONGRESSO DA AMB

Desconto na inscrição termina em 29 de abril

Reprodução da internet



O prazo para a inscrição ao custo de R\$ 400 para participar do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, que será realizado dos dias 29 a 31 de outubro, em Caldas Novas (GO), termina no dia 29 de abril. A partir desta data, o preço será reajustado para R\$ 500 até o dia 15 de julho e, depois, para R\$ 600 a partir do dia 16 de

julho, até o dia 29 de outubro, quando começa o encontro. Acompanhantes pagam metade do valor do congressista. A matrícula para o evento pode ser feita pelo site amb.com.br/congresso2015.

O tema central do congresso será sobre “O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia: O Papel da Justiça na Sociedade

Contemporânea”. A palestra inaugural será realizada às 19 horas do dia 29 de outubro, e discutirá “A Lei, o Estado de Direito e o papel dos Tribunais nas Sociedades Democráticas”. Na manhã do dia seguinte, serão realizadas três palestras simultâneas e, na parte da tarde, acontecerão painéis, mesas redondas e oficinas.

No último dia, 31 de outubro, pela manhã, será a vez das comissões de trabalho apresentarem as teses referentes à “Democratização do Sistema de Justiça e os desafios para o Judiciário na Sociedade Contemporânea”, “Justiça Criminal e Sistema Penitenciário”, “Perspectivas Sobre o Novo Código de Processo Civil, mecanismos de enfrentamento

do excesso de litigância e o Processo Coletivo”, “Valorização da Magistratura” e “Efetivação dos Direitos Humanos e Fundamentais”. A conferência final será realizada às 11h, e a aprovação das teses, a partir das 14h. Os interessados em inscrever teses, lançar livros ou participar do concurso de monografias devem acessar o site do congresso. ●

AMB

Minas fará interlocução com aposentados do país

ASCOM/AMB



Indicação de Cláudio Figueiredo foi feita durante reunião em Brasília

O juiz aposentado Cláudio Figueiredo, diretor financeiro do Amagis Saúde, assumiu a Comunicação da Coordenadoria de Aposentados da AMB. A decisão foi tomada durante reunião da coordenadoria realizada em Brasília, no dia 2 de fevereiro, da qual participaram representantes de associações filiadas à AMB de todo o Brasil.

De acordo com Cláudio Figueiredo, são prioridades o pagamento de proventos de aposentadoria dignos, o cumprimento do princípio da isonomia entre ativos e aposentados e a aprovação da PEC 555, sobre o fim da contribuição previdenciário dos servidores aposentados e pensionistas da

união, estados e municípios.

O magistrado ficará responsável pela interlocução entre a Associação e os magistrados aposentados de todo o país, com o objetivo de estreitar o contato entre a coordenadoria e esse importante segmento da classe, para melhor representar seus anseios e reivindicações. ●

JUIZ DE UBERLÂNDIA

Dissertação recebe nota máxima

Arquivo pessoal



Juiz Antonio Pêcego com examinadores da banca

A dissertação de mestrado intitulada “Eutanásia: Uma (re) leitura do instituto sob a ótica da dignidade da pessoa humana e cidadania”, defendida pelo juiz Antonio José Franco de Souza Pêcego, da 3ª Vara Criminal de Uberlândia, no dia 23 de março, na Universidade de Ribeirão Preto (Unarp) recebeu nota máxima banca examinadora.

A banca teve a participação do professor doutor Cezar Roberto Bitencourt, referência para o estudo do Direito Penal e autor de mais de trinta obras relacionadas ao tema. Foi presidida pelo professor doutor Sebastião Sérgio da Silveira e composta ainda pelo professor doutor Rafael Tomaz de Oliveira. ●

DESCANSO

Aproveite as férias de julho nas colônias da Amagis

L. Rodrigo

**Ilha do Japonês é uma das atrações de Cabo Frio, no Rio de Janeiro**

Os associados que quiserem aproveitar as férias de julho em um das cinco Colônias de Férias da Amagis têm até o dia 10 deste mês para se inscrever no sorteio de uma vaga para Caxambu (Sul de Minas), Ubatuba (SP), Cabo Frio (RJ), Caldas Novas (GO) ou Nova Viçosa (BA). Caso queira ir para a unidade do Sul da Bahia, o interessado deverá optar por casa ou apartamento no ato da inscrição.

As colônias estão situadas em diferentes localidades, para melhor atender aos magistrados das várias regiões de Minas Gerais. Todas as cidades oferecem boa infraestrutura e opções turísticas, como a natureza exuberante de Ubatuba,

onde fica o Parque Estadual da Serra do Mar, criado em 1977, com 315.390 alqueires destinados à preservação, educação ambiental, valorização da cultura local e pesquisa científica.

Em Caxambu, os magistrados poderão conhecer o Parque das Águas com 210 mil metros quadrados e 12 fontes de águas mineiras. As estâncias hidrominerais de Caldas Novas, com suas águas termais, também são opção capaz de proporcionar descanso e relaxamento para toda a família.

Cabo Frio oferece belas praias como a do Forte, Però, Dunas, das Palmeiras, Unamar, Foguete, Sudoeste, São Bento, Siqueira e Ilha do Japonês. Em Nova

Viçosa, os visitantes poderão conhecer as praias da Barra, Barra Velha, Pontal, Sambacuí e Pau Fincado.

O sorteio para as vagas nas Colônias de

Férias da Amagis será realizado no dia 16 de abril, na sala da Amagis no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte; as inscrições podem ser feitas pelos e-mails

cacia@amagis.com.br e adrianapires@amagis.com.br. Mais informações podem ser obtidas com Cácia Guedes pelo telefone (31) 3079-3459. ●

CONHEÇA UM POUCO MAIS AS COLÔNIAS DE FÉRIAS DA AMAGIS

CALDAS NOVAS

Em Goiás, a cidade é conhecida pelas suas águas quentes e oferece várias atrações. Entre as opções, estão o Di Roma Acqua Park, com o rio lento e saunas para relaxar, e o anexo Splash, com um “vulcão” de ondas. Também é possível visitar o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, saborear peixes e doces caseiros.

Caldas Novas fica a 680 quilômetros de Belo Horizonte, e o acesso é pela BR-381, até Betim, entrando na BR-262 até Araxá. Em seguida, acessar a BR-452 até Uberlândia e entrar na BR-050 até Araguari. Acessar a BR-413, passando por Corumbalha até o destino final. A cidade possui aeroporto. ●

CABO FRIO

Cabo Frio fica a 565 quilômetros de Belo Horizonte, possui aeroporto próprio e é uma das cidades litorâneas preferidas pelos mineiros. Localizada na Região dos Lagos, a 150 km da cidade do Rio de Janeiro, suas praias e dunas exuberantes, de areia branca e fina, proporcionam inesquecíveis momentos de lazer. A Amagis tem oito apartamentos no edifício Nautilus II, com três quartos, dois banheiros e sala. Um dos imóveis é adaptado para melhor atender pessoas portadoras de deficiência. ●

CAXAMBU

No Sul de Minas, o município faz parte das estâncias hidromineiras do Estado. Caxambu abriga 12 fontes e possui a maior concentração de águas carbogasosas do mundo, cujas fontes, entre elas a Dom Pedro, no Parque das Águas, são alguns dos atrativos da cidade.

O município fica a 361 quilômetros de Belo Horizonte. O acesso é pela BR-381 (Fernão Dias) até o trevo de Três Corações; em seguida, MG-167, passando por Campanha; continuar pela BR-267, passando por Conceição do Rio Verde e Baependi, chegando então a Caxambu. ●

NOVA VIÇOSA

Um dos principais cartões postais do Sul de Bahia, Nova Viçosa oferece a calma que os magistrados e suas famílias merecem, aliada a praias paradisíacas como a Sambacuí, com enseada de ondas mansas, extensa, com búzios sobre a areia fina e solta. É a mais popular da cidade. A Amagis possui 22 apartamentos duplex em Nova Viçosa, todos equipados com TV, ar-condicionado e frigobar. Além disso, a colônia oferece 12 casas com três quartos, sala e varanda. ●

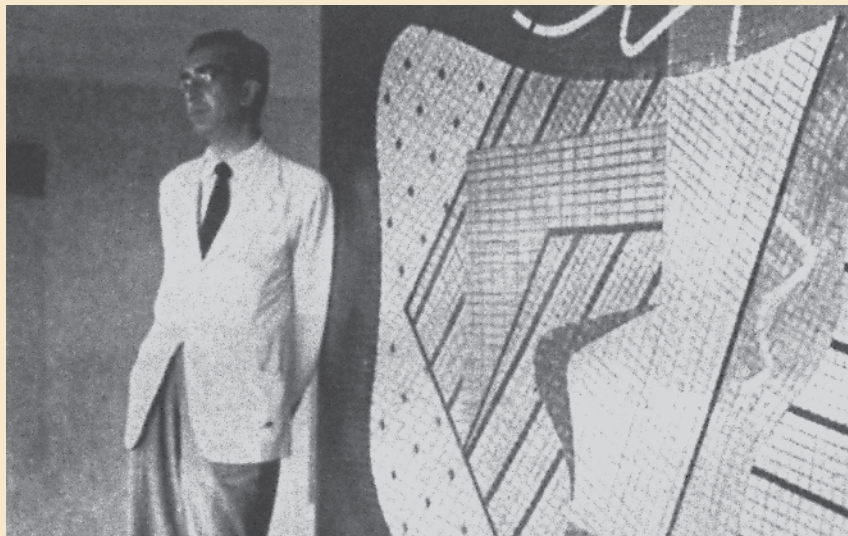
UBATUBA

No litoral norte de São Paulo, Ubatuba possui uma natureza exuberante e oferece diferentes opções de lazer como as praias do Credo e Itamambuca, a Cachoeira da Água Branca, o Parque Estadual da Serra do Mar e o passeio de escuna até a Ilha do Anchieta.

A 600 quilômetros de Belo Horizonte, o viajante deve seguir pela BR-381 (Fernão Dias), entrar para Itajubá, pegar o trevo para Cachoeira de Minas, continuar até Santo Antônio dos Pinhais, pegar o trevo de Campos do Jordão para Caçapava. Atravessar a Via Dutra (BR-116), sentido Rio de Janeiro, segunda entrada à direita, continuar pela estrada até Ubatuba. ●

ARTES PLÁSTICAS

Painéis de Paulo Werneck revelam modernismo



Exposição pode ser vista no Museu de Arte da Pampulha

Quem quiser conhecer um pouco do modernismo brasileiro tem até o dia 26 deste mês para visitar o Museu de Arte da Pampulha (Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.585 – Pampulha), e apreciar os painéis do muralista Paulo Werneck, considerado um dos artistas mais importantes da arquitetura do Brasil.

Nascido no Rio de Janeiro, Werneck (1907-1987) foi pintor, desenhista e ilustrador de livros infantis e colunas políticas de jornais. Autodidata, o artista introduziu a técnica do mosaico no país e contribuiu com projetos arquitetônicos dos irmãos Marcelo, Milton e Maurício Roberto, Oscar Niemeyer e Firmino Saldanha, entre outros.

Seus primeiros painéis em mosaico

foram feitos no terraço-jardim do Instituto de Resseguros do Brasil, em 1944. A exposição em Belo Horizonte tem um significado especial, já que entre suas obras de maior destaque estão os painéis da Igreja São Francisco de Assis, na Pampulha.

A mostra é uma idealização do Projeto Paulo Werneck, que tem o objetivo de preservar, catalogar e divulgar a produção do artista. A partir da iniciativa, originais do acervo foram restaurados e catalogados; obras foram tombadas no Rio de Janeiro, e a autoria dos painéis da Igreja São Francisco de Assis foi reconhecida. A exposição pode ser vista de terça-feira a domingo, de 9h às 18h30. Mais informações pelo telefone (31) 3277-7946. ●

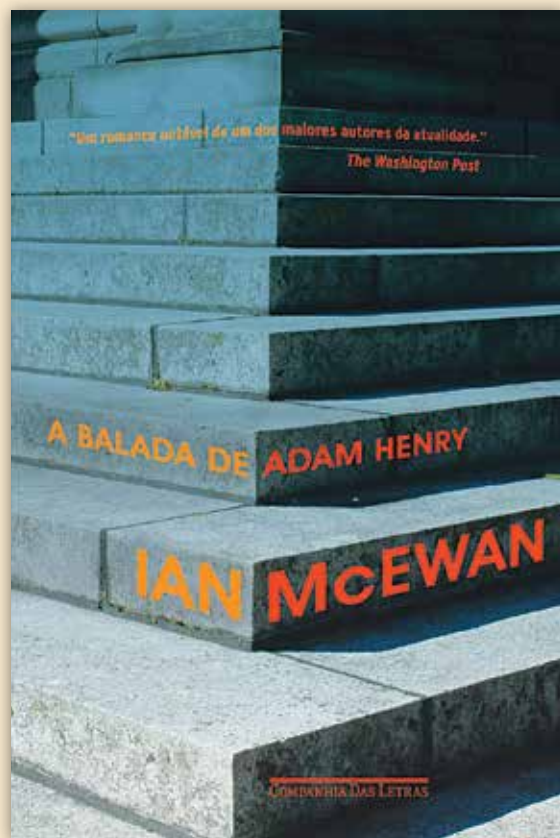
FICÇÃO

Juíza é 'figura central do mundo' e de livro

A oposição entre convicções seculares e religiosas é tema de "A Balada de Adam Henry", novo livro de Ian McEwan. Desta vez, porém, esse embate moral, constante na obra do escritor britânico, se desenvolve dentro de um tribunal. A juíza Fiona Maye, titular de uma Vara de Família, passa por um momento conturbado em sua vida doméstica quando se depara com um processo envolvendo valores opostos. O 'Adam Henry' do título é um garoto de 17 anos

que sofre de leucemia. De acordo com os médicos, seu estado é grave e requer, além da administração de medicamentos, a realização de transfusões sanguíneas. É justamente a necessidade desse procedimento que leva o caso à Justiça. Os pais de Adam, e ele próprio, são 'testemunhas de Jeová' e, por questões religiosas, não aceitam a transfusão de sangue, considerada pelos médicos como essencial para que o garoto tenha alguma chance de sobreviver.

O caso pode ser comum para os magistrados, acostumados a lidar diariamente com conflitos morais, mas o que torna o livro especial é o fato de McEwan ter escolhido uma juíza como protagonista. Em recente entrevista, o escritor afirmou que há poucos juizes na literatura e que, normalmente, quando a ficção encontra a lei é para tratar de criminosos, detetives, advogados e vítimas. E ressaltou que o juiz é uma figura central no mundo. ●



NO AR

Destaques dos programas de TV da Amagis em março

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

MAGNA CARTA INGLESA

Neste ano, a Magna Carta Inglesa completa 800 anos. Base do constitucionalismo inglês, o documento já definia pontos importantes das democracias modernas, como a limitação do poder do Estado e a declaração de direitos da pessoa. Para entender como esse documento influenciou o constitucionalismo brasileiro, o Via Justiça recebe o desembargador Manoel dos Reis Moraes, da 10ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado constitucionalista José Alfredo Baracho Jr.

DIREITO IMOBILIÁRIO

Só em janeiro, a Associação dos Mutuários e Moradores de Minas Gerais registrou 32 ações contra construtoras de prédios em Belo Horizonte que entregaram fora do prazo, ou nem se quer entregaram apartamentos comprados na planta. Para saber os caminhos da justiça para solucionar esse tipo de problema, recebemos a juíza Renata Bonfim Pacheco, da 27ª Vara Cível de Belo Horizonte, e o advogado Kênio Pereira, presidente da Comissão Direito imobiliário - OAB-MG.

DESAFIOS DA MULHER NO SÉCULO XXI

O Via Justiça passa em revista os avanços na conquista dos direitos femininos no Brasil. Apesar de representarem maioria nos cursos de direito, as mulheres ainda lutam para conquistar espaço nos órgãos de cúpula do Judiciário. Para participar do debate, recebemos duas mulheres: a juíza convocada da 6ª Câmara Cível, Ângela de Lourdes Rodrigues, e a delegada e vereadora Elaine Matozinhos, de Belo Horizonte.

JUSTIÇA MILITAR

Nas democracias, o controle da atividade militar é realizado para coibir desvios que policiais e militares praticam no exercício da função. A Justiça Militar é local privilegiado para a realização desse controle. Para falar sobre esse importante instrumento do Judiciário, recebemos o titular da 1ª Auditoria da Justiça Militar de Minas Gerais, Marcelo Menacho, e o presidente da Comissão de Direito Militar da OAB-MG, Alexandre de Marcus Miranda. ●

PENSAMENTO JURÍDICO



“JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”

A cada quatro minutos, uma mulher é vítima de agressão no Brasil. Existem no país, mais de 500 mil processos de violência contra a mulher. Para reduzir esses números, no mês do Dia Internacional da Mulher, Tribunais de todo o país participaram da campanha “Justiça pela paz em casa”. Para falar sobre a campanha, recebemos a desembargadora Evangelina Duarte, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

NOVA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

A superlotação e as más condições dos presídios brasileiros são as principais preocupações dos juristas e especialistas que visam à modificação da Lei de Execução Penal de 1984. Para saber sobre os avanços e retrocessos da proposta de atualização que tramita no Senado, convidamos o presidente da Comissão da Amagis que elaborou propostas para a construção de um novo código, juiz Thiago Colnago Cabral, da Vara de Execuções Penais de Governador Valadares.

MULHERES NO COMBATE AO TRÁFICO

Após 55 anos da posse da primeira juíza em Minas, hoje, as mulheres representam cerca de 30%. Em Belo Horizonte, o combate ao tráfico de drogas é feito por três magistradas. Quais são os principais desafios? A condenação criminal é suficiente para resolver o problema das drogas? Esses foram os principais temas para a juíza Andréa Cristina de Miranda Costa, titular da 2ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Entre janeiro de 1992 e junho de 2013, o número de presos aumentou 403,5%. Um projeto de lei em tramitação prevê que todo preso em flagrante terá de ser apresentado a um juiz em até 24 horas. É a chamada audiência de custódia. Quais os reais ganhos da aplicação dessa medida? Considerando o déficit de juízes, sua aplicação seria viável? Para responder a estas e a outras perguntas, convidamos o juiz Amaury Silva, da 6ª Vara Civil de Governador Valadares. ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

IMPOSTO DE RENDA

Novidades ajudam no preenchimento da declaração

CNI

**Declaração de Imposto de Renda termina no próximo dia 30**

O prazo para a entrega da Declaração do Imposto de Renda de 2015 termina no dia 30 deste mês. Neste ano, o contribuinte poderá preencher a declaração online, realizar um rascunho do formulário, salvar informações do programa gerador da declaração em nuvem (sistema virtual de armazenamento de arquivos na internet).

A receita passou ainda a exigir a inclusão do CPF de dependente com 16 anos ou mais, e ampliou a declaração pré-preenchida, incluindo informações como a declaração de serviços médicos e de saúde, informe enviado pelos profissionais da saúde à receita; declaração de informações sobre atividades imobiliárias, documentos enviados ao órgão pelas imobiliárias.

O preenchimento online poderá ser feito pelo Portal e-CAC, para quem tiver o certificado

digital, correspondente a uma assinatura eletrônica. Entretanto, o contribuinte que tiver recebido rendimentos tributáveis provenientes do exterior; com exigibilidade suspensa (passando por um processo judicial); superiores a dez milhões de reais; tiver recebido rendimentos sujeitos à tributação exclusiva como lucros a partir da venda de bens ou direitos, em aplicações financeiras feitas em moeda estrangeira e na venda de moeda estrangeira em espécie, não poderá utilizar o recurso.

O uso da ferramenta também não será possível para aqueles que receberam rendimentos isentos e não tributáveis, como lucro na venda de bens ou direitos de pequeno valor ou único imóvel, venda do imóvel residencial para compra de outro imóvel do mesmo tipo, redução do ganho de capital, ou tive-

ram ganhos líquidos em aplicações de renda variável e rendimentos recebidos acumuladamente ou em valores superiores a dez milhões de reais.

O rascunho, disponível no site da Receita e no aplicativo para tablets e smartphones, permitirá ao contribuinte informar pagamentos e recebimentos e importar os dados para o programa gerador durante a entrega da declaração. O uso da “nuvem” permite aos usuários continuar o preenchimento da declaração pelo celular, usando o aplicativo m-IRPF, ou pela declaração online.

Neste ano, além de avisos sobre a restituição, o cidadão poderá receber mensagens de SMS sobre a conclusão do processo da declaração ou de retenção na malha fina. Além do computador, a declaração também poderá ser feita por tablet ou celular. ●

SUPERÁVIT

Remessas ilegais superam o arrocho fiscal

**DESEMBARGADOR
TARCÍSIO MARTINS COSTA**

O ajuste fiscal do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, é crucial para que o Brasil volte a crescer e possa manter a nota de crédito das agências internacionais de rating. A meta de superávit primário para 2015 é de 1,2% do PIB, ou seja, R\$ 66,3 bilhões. Abrange regras do seguro desemprego, abono salarial, pensão por morte, alíquotas da desoneração da folha de pagamento, elevação do PIS/COFINS sobre importados, retomada da CIDE sobre combustíveis, aumento do IOF sobre o crédito e outras. Em 26 de janeiro de 2015, editou-se decreto limitando as despesas dos ministérios a R\$ 75,2 bilhões e do PAC do 1º quadrimestre.

Além do arrocho fiscal, o país precisa de medidas duras, permanentes e rápidas de combate à sangria de divisas pelos mais diversos crimes. Em fins de fevereiro, a Polícia Federal e a Receita receberam determinação para investigar as denúncias de evasão fiscal, envolvendo a agência do HSBC suíço, em Genebra, no episódio conhecido por Swissleaks, em alusão do Wikileaks. Trata-se de uma lista subtraída por um ex-funcionário do banco com informações de mais de 100 mil correntistas, oriundos de 200

países. Nela figuram, 6.606 brasileiros com 8.667 contas totalizando US\$ 7 bilhões. Só as contas de 31 pessoas ligadas às empresas de ônibus do Rio de Janeiro somam US\$ 38 milhões. A da família Barata, a mais poderosa do ramo, com US\$ 17,6 milhões. Ao menos 22 empresários da mídia estão na lista, alguns com contas já encerradas. Tudo isso sem falar nos outros bancos suíços e nos demais paraísos fiscais.

Incompreensível que o vazamento tenha ocorrido há sete anos (2008) e, somente ago-

“Os fluxos ilegais no Brasil atingem, anualmente, 1,5% do PIB brasileiro”

ra, o governo brasileiro se mobilizou, enquanto Espanha, França e Inglaterra já recuperaram US\$ 837 milhões. Para a organização

Integridade Financeira Global (GFI, na sigla em inglês), os fluxos ilegais no Brasil atingem, anualmente, 1,5% do PIB brasileiro. De 1960 a 2012, superaram as remessas legais em 113%. Saíram US\$ 401,6 bilhões contra US\$ 118 bilhões, legalmente. De 2000 a 2009 foram US\$ 14,7 bilhões. Já de 2010 a 2012, a Receita deixou passar por baixo dos panos o recorde de todos os tempos: US\$ 33,7 bilhões, sem contar as propinas do ‘petrolão’, de 2013 e 2014. Para quem precisa de R\$ 66,3 milhões, destinados a cobrir o rombo da dívida pública, essa grana preta seria de bom tamanho. ●

CONVÊNIO

Gegê Mudanças homenageia os 60 anos da Amagis



Geraldo Hilário é o proprietário da Gegê Mudanças

Além de comemorar 34 anos no mercado em 2015, a Gegê Mudanças pretende se somar a todos aqueles que estão homenageando, também neste ano, as seis décadas da vitoriosa trajetória da Amagis. “Essa vitória também é nossa, porque há 15 anos fazemos parte da história da magistratura. Foi o melhor período de nossa empresa porque, se trabalhamos com os magistrados, é porque priorizamos a qualidade e a confiança em nossos serviços. Afinal, nós entramos e saímos das casas de nossos clientes”, contou o sr. Geraldo Hilário, proprietário da empresa que há 15 anos está conveniada à Amagis.

De acordo com ele, a Gegê Mudanças não transporta só os móveis e o patrimônio dos magistrados e familiares, de outros clientes e até de empresas. “Nós transportamos os sonhos deles”, disse, convencido de que ele leva também

a “casa” dos clientes nos caminhões de sua frota própria por toda a Minas Gerais e outros estados. Diariamente, o sr. Geraldo faz questão de, pessoalmente, inspecionar os serviços prestados pela empresa. Além de mudanças, a Gegê ainda oferece o serviço de guarda-móveis.

O guarda-móveis fica em prédio próprio, de 3 andares, construído numa área total de 727m², e é dividido em vários box fechados, exclusivos, personalizados, recebendo todo tipo de utensílio, inclusive arquivos de empresas e obras de arte, excluindo-se equipamentos ou produtos que ofereçam risco de contaminação ou explosão. “O ambiente asséptico é dedetizado e vermifugado periodicamente e equipamentos como geladeiras e freezer são abertos constantemente, para se evitar concentrações inoportunas e mau odor”, informou ele. ●



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.



MEMÓRIAS

Bala Doce homenageia amigos

Divulgação



O juiz Augusto Vieira, conhecido como Bala Doce, lançou o livro: "Meus amigos... Minhas turmas... Meus 70 anos". Em 431 páginas, o autor fala sobre várias personalidades com as

quais conviveu e faz uma homenagem aos amigos e às turmas que fizeram parte de sua vida de juiz, falando um pouco de cada um. A obra resgata ainda grande parte da história de Montes Claros, cidade onde nasceu em 1945. A obra, publicada pela Editora Millennium, pode ser encontrada nas livrarias Del Rey e Leitura. Juiz aposentado, Augusto Vieira já atuou como advogado, professor universitário e procurador da defensoria pública. É autor de outros 11 livros. ●

TJMMG

Juiz aborda Justiça Militar e Democracia

Divulgação



Com o título "A Justiça Militar e a Democracia - controle judicial da atividade policial", a obra de autoria do juiz Marcelo Adriano Menacho dos Anjos, titular da 1ª Auditoria da Justiça Mili-

tar de Minas, traz um estudo do estabelecimento de parâmetros para que a Justiça Militar Estadual tenha maior legitimidade democrática. É realizado um estudo de caso do qual surge a ideia do empoderamento de sua magistratura civil, que consolida a legitimidade de um melhor posicionamento da Justiça Castrense Estadual no sistema de Justiça Criminal como uma justiça democrática e cidadã. O livro pode ser comprado no site da editora D'Plácido. ●

DIREITO PROCESSUAL

Prova psicográfica é tema de livro

Divulgação



O juiz Augusto Vinícius Fonseca e Silva, da Comarca de Barbacena, está lançando o livro intitulado "A prova psicográfica no Direito Processual Brasileiro".

Temas e questões sobre a psicografia, sua natureza e a forma como ela tem sido tratada pela doutrina jurídica são abordados na obra. O autor busca explicar, a partir de uma análise isenta e sob o enfoque científico, a natureza da prova psicográfica e sua possibilidade de utilização no Direito Processual brasileiro. O objetivo é fomentar o debate e ajudar a esclarecer um tema que está envolto em mistérios, mas que tem na ciência sua explicação lógica e irrefutável. ●

UMA PARCERIA HÁ MAIS DE 15 ANOS,
COM MILHARES DE QUILÔMETROS
PELA FRENTE!

60 ANOS DA
AMAGIS

34 ANOS DA
GEGÊ



(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

COMBATE À HIPERTENSÃO

Doença silenciosa impõe mudança de hábitos

No Brasil, estima-se que existem mais de 30 milhões de hipertensos. A doença é o maior fator de risco para o desenvolvimento de outras cardíacas e vasculares em todo o mundo. Estimativas apontam que cerca de 25% a 30% dos adultos do planeta apresentam elevação da pressão arterial. Para combater, prevenir e informar a sociedade sobre a doença será realizado, no dia 26 de abril, o Dia Mundial de Combate à Hipertensão Arterial.

Segundo o médico Danilo Pires Castro de Almeida, cardiologista do programa Amor à Vida, do Amagis Saúde, a hipertensão é fator de risco com força de determinação maior de mortalidade cerebrovascular, como a hemorragia cerebral, superior a outros fatores de risco como o tabagismo, dislipidemia e diabetes. “No Brasil, a doença cerebrovascular representa a principal causa de mortalidade. A comparação das taxas brasileiras com a de outros países mostra que o risco de morte por doenças cerebrovasculares é maior em residentes no Brasil”, alertou.

A hipertensão acontece quando a pressão arterial está acima do limite considerado normal, que, na média, é 12 por 8. Quando a pressão está em 12 por 8, ou menos, tudo funciona bem, mas, quando a pressão está continuamente aumentada, alguns órgãos importantes, como o coração, o cérebro, os rins, os olhos e as próprias artérias sofrem maior desgaste e provocam o surgimento de outras doenças.

Divulgação CNJ



Hipertensão causa doenças cardíacas e vasculares

Os médicos diagnosticam que, quando a pressão está acima de 14 por 9, é considerado um quadro de hipertensão arterial. Valores entre 12 por 8 e 14 por 9 são chamados de pré-hipertensão ou pressão limítrofe, que requerem cuidados também.

Pressão arterial é a força causada pela contração do coração e das paredes das artérias para bombear o sangue para todo o corpo, a fim de levar oxigênio e nutrientes para o funcionamento do organismo.

A hipertensão é considerada uma doença silenciosa. Seus sintomas são variados. As queixas mais comuns são dores de cabeça, principalmente na nuca, tonturas, zumbidos no ouvido e sangramento nasal. O cardiologista do ‘Amor à Vida’ afirmou que esses sintomas são mais frequentes durante as crises hipertensivas causadas por aumentos bruscos dos valores de pressão arterial. “Palpitações e dor no peito, além de falta de ar e inchaço nos membros inferiores, sugerem com-

prometimento cardíaco e maior gravidade da doença”, disse.

Pressões arteriais elevadas provocam alterações nos vasos sanguíneos e na musculatura do coração, podendo ocorrer hipertrofia do ventrículo esquerdo, AVC (Acidente Vascular Cerebral), IAM (infarto agudo do miocárdio), morte súbita, insuficiência renal e cardíaca, entre outras.

Os fatores de risco para o surgimento da doença são vários, desde idade, gênero e etnia ao uso de anticoncepcionais, consumo de sal, resistência à insulina, sedentarismo e obesidade, estresse e alterações genéticas (hereditariedade).

A hipertensão não tem cura, porém, com o avanço da medicação anti-hipertensiva de uso mais simples e com menores efeitos colaterais indesejáveis, é possível obter um controle adequado dos níveis pressóricos, evitando assim o agravamento da doença.

Segundo o cardiologista, a hipertensão pode ser evitada, combatendo

a obesidade, aumento da atividade física, diminuição do estresse, implementação da dieta DASH (Abordagem Dietética para Parar a Hipertensão), restrição da ingestão de gorduras saturadas, da ingestão de álcool e eliminação do tabagismo.

De acordo com Danilo de Almeida, todo paciente hipertenso deve manter o uso constante e regular das medicações prescritas, mesmo com a pressão controlada. Consulta ao cardiologista e uma equipe multiprofissional regularmente é necessária para avaliar lesões em órgãos-alvo e ajuste medicamentoso.

A atividade física regular promove redução na pressão arterial, fato independente da redução do peso. Além de reduzir a pressão arterial, diminui também a incidência de doenças coronárias, dos acidentes vasculares encefálicos e da mortalidade em geral. Uma alimentação saudável diminui também a pressão arterial e complicações cardiovasculares ao longo da vida. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG
Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luíza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

IMPOSTO DE RENDA

Demonstrativo de IR está disponível no site

O Demonstrativo Anual de Despesas Médicas, referente ao ano de 2014, está disponível para o associado do Plano de Saúde da Amagis no site da Associação. Os usuários do plano poderão acessar o site e imprimir seu demonstrativo para a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2014. Para isso, o associado deve entrar no site da Amagis, clicar na aba do Amagis Saúde. Em seguida, deve clicar em Área do Beneficiário, inserir usuário e senha. Quando for o primeiro acesso, no campo USUÁRIO

deve ser digitado o número do CPF do titular e, no campo SENHA, também deve ser digitado o número do CPF do titular. Clicar em ENTRAR. O número do CPF deve ser digitado sem ponto e traço, apenas com números. E logo depois virá a opção de "TROCAR DE SENHA". O site vai direcionar o interessado à tela do WEBPLAN. Clicar no ícone EXTRA-TO DE IRPF ANUAL.

LEÃO

O prazo para a entrega da declaração do IRPF vai até o dia 30 de abril. Os programas para fazer a de-

Crédito



Documento está disponível na área do beneficiário

claração estão disponíveis para downloads na página da Receita, no endereço: www.receita.fazenda.gov.br. São esperadas, em média, 27,5 milhões

de declarações em 2015. Se o contribuinte entregar depois do prazo ou se não declarar, irá pagar multa de 1% ao mês-calendário ou fração de atraso,

calculada sobre o total do imposto devido nela calculado, ainda que integralmente pago, ou uma multa mínima de R\$ 165,74. ●

AMAGIS SAÚDE

Conselho avalia desempenho da gestão e planejamento do Amagis Saúde

Adriano Boaventura



Membros do Conselho durante reunião na Amagis

O Conselho Gestor de Saúde realizou, no dia 9 de março, sua primeira reunião do ano, com o objetivo de avaliar as atividades do Amagis Saúde e planejar os próximos passos para 2015. As reuniões são periódicas e têm como objetivo garantir a excelência dos serviços prestados pelo Amagis Saúde.

Desde a criação do plano de saúde, que completa 39 anos no próximo dia 22, a diretoria tem trabalhado para qualificar o Amagis Saúde. A consolidação do plano como autogestão, a criação do 'Amor à Vida' e do Amagis Saúde Grupo de Estados (Minas, Rio e São Paulo), são algumas iniciativas que possibilitaram essa consolidação. ●